

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115 DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências, para exigir que os títulos de capitalização passem a ser comercializados com mais transparência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, o seguinte § 3º:

“Art. 3º

.....
§3º A regulamentação, a ser definida pelos órgãos reguladores, deverá obrigar as sociedades de capitalização a divulgar no título de capitalização, de forma clara e destacada, em seu contrato e em folheto ou qualquer material publicitário que o promova, o rendimento de seu capital até o final de vigência do título; o prazo de vigência; os valores e percentuais de resgate antecipado; o prazo de carência, se houver; e as probabilidades de o título ser contemplado no sorteio de prêmio.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos